



Para uma leitura civil da proposta de Josemaria Escrivá

Giorgio Rumi

Giorgio Rumi, publicado no Suplemento de *L'Osservatore Romano*, 6-X-2002

Aqueles que estão familiarizados com a História Religiosa, defrontam-se por vezes com algumas interpretações distorcidas, de cariz ideológico, que deformam o conhecimento dos factos e dificultam a sua compreensão.

Assim sendo, se o trabalho do historiador for influenciado por estes novos ídolos, as consequências serão relevantes. O passado fica reduzido a um rio, pleno de braços mortos e insignificantes, relativamente a alguns ramos que nós, os vindouros, escolhemos como dignos de significado e valor.

Há ainda mais. A democracia política, ou pelo menos uma das suas presumíveis 'vulgatas', sossobra na procura de Deus e da organização eclesial, que historicamente se expressa através da concessão a Pedro das tais chaves. Tem tomado forma, pelo menos desde há um século, o preconceito anti-hierárquico que postula uma *melior condicio* da "base" relativamente ao "vértice".

Por fim, a bipolaridade absoluta e, atrevo-me a dizer, maníaca, entre ortodoxia e discordância. É inútil dizer quais são as frentes preferidas, em que se centram as simpatias, os consensos e os interesses.

Nada disto se encontra nos escritos de Josemaria Escrivá: nem a pretensão de se atribuir uma ideia de progresso nem a inversão da hierarquia católica tal como se formou em dois milénios de vivência religiosa. Eis porque é possível extrair um perfil 'civil' dos seus ensinamentos, mas tendo sempre em conta... que o vocábulo "política" não aparece (enquanto tal) nos muito pormenorizados índices por assuntos propostos nos seus escritos.

Escrivá não adere à ideia, predominante nos finais século XIX, princípios do XX, de um tempo orientado para o progresso, entendido como a evolução obrigatória

das trevas para a luz.

Tudo se centra na parábola evangélica dos talentos, que não podem ser desperdiçados nem escondidos. Verdadeiramente, então, “O tempo é o nosso tesouro, o ‘dinheiro’ para comprarmos a eternidade” (*Sulco*, 882)

O tempo volta a ser, como na proposta evangélica, o palco, o espaço normal da manifestação da aventura humana, da etapa do caminho que nos cabe percorrer entre a primeira e a segunda vinda do Salvador.

Mas o tempo favorável que Josemaría Escrivá propõe, aquele tempo cheio de expectativas e confiança na nossa criatividade, não é filho do optimismo pragmático contemporâneo, por sua vez antídoto da dissipação e da angústia. Isto pode-se depreender mesmo da lição do segundo capítulo dos Génesis, que vê o homem, antes da queda do pecado original, como enviado para o jardim do Éden, para o trabalhar e guardar (*Gn. 2, 15*).

A intuição, de certa maneira revolucionária, de Escrivá, não distingue entre uma e outra ocupação quotidiana: não importa o que fazes, mas *como* o fazes. Assim, aquelas dicotomias seculares entre trabalho digno e cansaço servil perdem importância, sendo subordinadas aos valores que as enformam. “O homem nasce para trabalhar, como as aves para voar” (*Amigos de Deus*, 57). Todo o agir na história, desde que bom e ordenado para Deus, é reavaliado e é-lhe restituída a antiga dignidade.

E assim, eis que se põe fim a um longo mal-entendido que tinha pretendido ver em todas as empresas humanas uma consequência do pecado original. “Qualquer trabalho humano, mesmo aquele que possa parecer humilde e insignificante, contribui para dar sentido cristão às realidades temporais (...) e é inserido e incorporado na obra admirável da Criação e da Redenção do mundo” (*Temas actuais do Cristianismo*, n. 10).

Escrivá restitui ao trabalho a dignidade original tornando-o parte integrante do projecto geral de santificação do tempo. A grande questão não é a redução do espaço dedicado ao trabalho, mas a sua plena e não apenas verbal exaltação, como o caminho normal de expressão da genialidade criativa do homem.

A universal recondução a Deus é capaz de transfigurar, com o trabalho, a prosa quotidiana, como no caso daquela que “antes ‘só’ descascava batatas e depois se passou a santificar descascando batatas” (*Sulco*, n. 498).

A via de Escrivá é nova e diferente, aprecia o trabalho sem sentimentalismos adocicados, conferindo-lhe, em vez disso, qualquer coisa de extraordinário valor acrescentado. Sem retóricas, pode então proclamar que “a santidade grande” consiste em cumprir os “pequenos deveres” de cada instante” (*Caminho*, p.94) e, conjuntamente, que “a verdadeira pobreza não consiste em não ter, mas em estar desprendido, em renunciar, voluntariamente, ao domínio sobre as coisas” (*Caminho*, p. 78). É por isso que interessa trabalhar “bem”: “estamos obrigados a trabalhar, e a trabalhar conscienciosamente, com sentido de responsabilidade, com amor e perseverança, sem descuidos nem ligeirezas: porque o trabalho é um mandamento de Deus” (*Forja*, 681)

As consequências são decisivas. A irrupção do santo no ritmo normal da existência permite atingir metas últimas sem gestos excepcionais, continuando nos lugares “normais” da vida civil: a família, as ocupações, os círculos concêntricos da organização social e, também política.

Desde os tempos (na verdade, não muitos longínquos) da tomada de consciência da chamada questão social, muitas energias da comunidade eclesial se têm dirigido para a remoção das maiores injustiças provocadas pela industrialização e pelos seus corolários: aparecimento do proletariado, desenvolvimento da anarquia e do socialismo, reivindicações de classe, espectro e esperança de um suposto renascimento após a morte: a revolução. Contudo, na proposta de Escrivá, é forte a consciência das possibilidades, mais do que isso, da necessidade de uma crise social, potencialmente reformadora.

O tempo, enquanto tal, não legitima soluções práctico-políticas. É possível, e mesmo imperioso, olharem frente: mesmo a ciência e a tecnologia estão ao serviço do homem e não são ídolos aos quais sacrificamos a criatividade incessante a que estamos chamados. Ainda mais importante, se assim se pode dizer, do que a formulação de princípios, são as suas implicações concretas. Na realidade, tudo deriva daquela “unidade de vida” em que Escrivá insiste. (*Amigos de Deus*, n. 165).

Existem critérios para tornar a intervenção na história transmissível e proveitosa. Escrivá tem em mente cidadãos iguais aos outros em direitos, deveres e oportunidades. Respeita e ama a experiência milenária dos religiosos, mas sugere um modelo de vida normal no tempo (*Temas actuais do Cristianismo*, n. 118).

Aspira, enfim, “à justiça entre os homens” (*Cristo que passa*, n. 52”), mas coloca-a numa amplitude insólita, pois fá-la incluir, para além das dimensões

habituais, os deveres em relação a Deus, não redutíveis a uma referência neutra e simbólica.